

Prezadas pessoas leitoras,

É com grande satisfação que publicamos o volume 7, número 2, de dezembro de 2024, da Revista Cadernos UNDB: estudos jurídicos interdisciplinares, tendo como tema norteador Judicialização da Política e dos Direitos Fundamentais.

Vivemos em uma época marcada por transformações sociais profundas e crescentes desafios políticos. Nesse cenário, a judicialização da política e dos direitos fundamentais tornou-se um fenômeno inevitável, refletindo a complexidade das demandas sociais e a incapacidade, em muitos casos, dos poderes Executivo e Legislativo em responder de forma eficiente e equânime.

Assim sendo, nesta revista, nosso objetivo é não apenas informar, mas também inspirar e provocar reflexões críticas sobre os desafios e as oportunidades que enfrentamos na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Este número contempla 9 artigos, cujas autorias são oriundas de diferentes áreas do Direito. Importa mencionar que o Cadernos UNDB têm alcançado pesquisadores de diferentes regiões do Brasil, o que enaltece a qualidade da Revista.

O primeiro artigo, intitulado BUROCRACIA, RACIONALIDADE DECISÓRIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL, consiste no estudo das possíveis distinções entre o processo decisório no âmbito das políticas públicas e das decisões judiciais que envolvem o direito à saúde, de autoria de Arnaldo Vieira Sousa, Professor do Curso de Direito do Centro Universitário UNDB e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFMA. Doutor em Políticas Públicas pela UFMA.

O segundo artigo, cujo título é ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA DO COMBATE AO DÉFICIT HABITACIONAL: PROGRAMA “MINHA CASA, MEU MARANHÃO”, busca desempenhar uma análise da importância do direito à moradia digna e orçamentária dos recursos públicos destinados ao programa, dito isso, os Planos Plurianuais de 2020-2023 e 2024-2027 do estado do Maranhão, as Leis Orçamentárias Anuais de 2016, data de implementação do programa, a 2024, de autoria de Maria Luísa Póvoas Viana Fonseca, Geovana Pereira Coelho, Hayanna Kelly do Nascimento Carvalho, João de Deus Lopes Oliveira de Araújo, Vivian de Albuquerque Ramos Santos, Yasmim Silva Viana, todos graduandos do Curso de Direito do Centro Universitário UNDB e Igor Martins Coelho Almeida, Mestre em

**Revista Cadernos UNDB**, São Luís, v. 7, n.2, dez 2024 . ISSN 1981-0660  
Direito e Instituições do Sistema de Justiça pela Universidade Federal do Maranhão. Professor do curso de Direito do Centro Universitário UNDB.

O terceiro artigo, intitulado **JUDICIALIZAÇÃO DO INDEFERIMENTO DO BPC PARA PESSOAS COM TEA NO MARANHÃO**, visa abordar a judicialização do Benefício de Prestação Continuada (BPC) destinado a pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), cuja autoria é de Ianik Yasmin Lima Garcia, graduanda em direito pela Universidade Estadual do Maranhão e Adriana Mendonça da Silva, Docente do Centro Universitário UNDB. Doutoranda em Administração pela FUMEC. Mestre em Educação pela UCB.

O quarto artigo, intitulado **BLOCO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA: ARGENTINA, BOLÍVIA E BRASIL**, explora a posição do conceito de bloco de constitucionalidade, a partir de um estudo comparado entre Argentina, Bolívia e Brasil, cuja autoria é de Arthur Tavares Francioni Lopes, Mestrando da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF).

O quinto artigo, cujo título é **JUDICIALIZAÇÃO E A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: UMA ANÁLISE DO PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE**, consiste na análise da judicialização da saúde como uma alternativa legítima e democrática para a efetivação dos direitos fundamentais, mediada pela Defensoria Pública, tendo como autora Samanda Pereira Santos, Graduada em Direito pelo Centro Universitário Dom Bosco (UNDB). Advogada. Assessora da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão. Pós-graduada em Direito Constitucional pela Faculdade CERS. Pós-graduada em Direito Privado e Direito Público pela Faculdade Legale de São Paulo.

O sexto artigo, intitulado **JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**, busca analisar a judicialização dos direitos das pessoas com deficiência, investigando as principais demandas, os desafios no acesso à justiça e o papel das organizações da sociedade civil, de autoria de Nelcileny Rayne Amorim Nunes, da Universidade Ceuma, São Luís, MA, Nena Mendes Castro Buceles, Graduada em Direito pela Universidade Estácio São Luís. Especialista em Advocacia Trabalhista pela Universidade Anhanguera (UNIDERP). Pós-graduada em Advocacia Trabalhista e Previdenciária pela Escola Superior de Advocacia do Maranhão (ESA/MA), em convênio com a SVT FACULDADE, Isa Debora Pinto Lopes, do Centro Universitário Estácio São Luís, MA e Laryssa Saraiva Queiroz, Doutoranda em Políticas Públicas (UFMA). Mestre

**Revista Cadernos UNDB**, São Luís, v. 7, n.2, dez 2024 . ISSN 1981-0660 em Ciência Política (UFPI). Pós-Graduada em Ciências Criminais (UNESA) e Pós-Graduada em Direito Público (Legale).

O sétimo artigo, intitulado **A JUDICIALIZAÇÃO DO SALÁRIO MATERNIDADE NO CONTEXTO DA ISENÇÃO DE CARÊNCIA: ANÁLISE DA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADI 2110**, visa examinar a judicialização do benefício de salário-maternidade no contexto da isenção de carência, com foco na análise da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2110, de autoria de Nelcileny Rayne Amorim Nunes, da Universidade Ceuma, São Luís, MA, Nena Mendes Castro Buceles, Graduada em Direito pela Universidade Estácio São Luís. Especialista em Advocacia Trabalhista pela Universidade Anhanguera (UNIDERP). Pós-graduada em Advocacia Trabalhista e Previdenciária pela Escola Superior de Advocacia do Maranhão (ESA/MA), em convênio com a SVT FACULDADE, Isa Debora Pinto Lopes, do Centro Universitário Estácio São Luís, MA e Laryssa Saraiva Queiroz, Doutoranda em Políticas Públicas (UFMA). Mestre em Ciência Política (UFPI). Pós-Graduada em Ciências Criminais (UNESA) e Pós-Graduada em Direito Público (Legale).

O oitavo artigo, cujo título é **O AUXÍLIO-RECLUSÃO NO BRASIL: MITO FORMADOR, ESTIGMA, IMPACTOS DA LEI Nº 13.846/2019 E SUA RELAÇÃO COM O DIREITO FUNDAMENTAL À DIGNIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL**, analisa o auxílio-reclusão no Brasil, desmistificando a ideia de que todas as famílias de pessoas privadas de liberdade recebem o benefício, de autoria de Jason Cintra Sampaio, Especialista em Direito Civil e Processo Civil. Especialista em Docência do Ensino Superior. Graduado em Direito. Advogado. Professor e Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Estácio/Teresina, Luis Fellipe Pereira Siqueira, Pós-graduado em Ciências Criminais pela ESA OAB-PI. Pós-graduando em Penal e Processo Penal. Professor convidado em curso preparatório na área de Direito Processual Penal e Legislação da Educação. Advogado. Professor universitário e de Cursos Preparatórios para concursos públicos e Sebastião Patrício Mendes da Costa, Pós-doutorado em Direito Civil e Filosofia do Direito pela Universidade de Augsburg, Alemanha. Doutor em Direito pela PUCRS. Mestre em Direito pela UnB. Mestre em Antropologia e Arqueologia pela UFPI. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Direito da UFPI.

O nono artigo, encerrando este volume, intitulado QUANDO A HIERARQUIA DECIDE: COMO OS DONOS DOS PROCESSOS DEMISSÓRIOS CONSTRÕEM A ORDEM NA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, analisa os processos administrativos demissórios na Polícia Militar do Maranhão (PMMA), com ênfase nas desigualdades entre praças e oficiais no julgamento de infrações disciplinares, cuja autoria é de Felipe Sousa Santana, Doutorando em Direito Constitucional e Mestre em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino,

Pesquisa e Desenvolvimento (IDP). Bacharel em Segurança Pública pela UEMA e em Direito pelo UNICEUMA. Licenciado em História pela UNINOVE. Major da Polícia Militar do Maranhão e Leandro Marcio Pereira Schalcher, Graduando em Segurança Pública. Cadete da Polícia Militar do Maranhão.

A todos os autores expressamos nossos mais profundos e sinceros agradecimentos por suas contribuições, sempre críticas e instigantes, que compõem, de forma organizada ao longo deste volume, um roteiro profícuo à retomada do debate sobre a judicialização da política e dos direitos fundamentais e temas transversais.

Convidamos todos(as) a realizarem a leitura dos resultados de pesquisa e reflexões trazidas pelas pessoas autoras neste número, certos de que são abordagens essenciais para o avanço da pesquisa científica e para o debate atual e sempre relevante em torno da judicialização da política e dos direitos fundamentais.

Uma ótima leitura para todos(as)!

**Manuela Ithamar Lima**  
**Editora-chefe**  
**Cadernos UNDB: estudos jurídicos interdisciplinares**